

SIMULADO SEMESTRAL 2022.1

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. As provas serão compostas por questões objetivas sobre os conteúdos das disciplinas concluídas no Módulo Conteúdos Jurídicos, quais sejam: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Empresarial.
2. As provas serão divididas por disciplina, sendo cada uma delas com 10 questões.
3. O aluno terá apenas **uma tentativa de resolução** das questões da prova.
4. A data de realização da prova será 15 de julho de 2022 (das 19h às 23h).
5. O tempo de realização da prova será de 04 horas. **ONLINE**, a prova deve ser iniciada e concluída nesse tempo. Após este período, o sistema fechará a atividade e somente o que foi respondido será enviado.
6. Não será admitido o uso de quaisquer outros materiais de consulta, mesmo que para rascunho, nem será permitida a comunicação com terceiros.
7. O resultado da avaliação, em nota, estará disponível no dia 16 de julho, após as 12h. Para visualizar o estudante deverá acessar este ambiente virtual e clicar, no menu à esquerda, no link Notas.
8. O gabarito com as respostas consideradas corretas estará acessível na página da Esmesc (www.esmesc.com.br), após as 12h, do dia 16 de julho de 2022.
9. O dia 18 de julho de 2022, às 13h, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br. Para o envio do recurso utilize formulário próprio, disponível em nossa página.

Boa prova!

Equipe Esmesc

1. Sobre o direito fundamental de liberdade de reunião, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Presidente da República poderá editar decreto estabelecendo o número mínimo de pessoas para que um ato possa ser considerado uma reunião pacífica.
- b) Ao realizar o prévio aviso os organizadores da reunião não precisam indicar o local da realização da mesma, pois a Constituição Federal não estabelece esse requisito.
- c) Um dos requisitos para realização da uma reunião em locais públicos é que seja convocada por pessoa(s) física(s) ou pessoa(s) jurídicas.
- d) A realização de reuniões em locais público independe de tempo, podendo uma reunião ter tempo indeterminado de duração.
- e) A realização de passeatas depende de autorização do poder executivo em razão de interferir no direito de ir e vir dos cidadãos não participantes.

2. Em relação ao Poder Constituinte, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As emendas constitucionais tem legitimados definidos no art. 60 da CF/88, sendo que vigora o requisito da iniciativa privativa para propositura de uma PEC.
- b) As cláusulas pétreas são consideradas limitações materiais ao poder constituinte originário e derivado, tendo como principal intuito manter o núcleo dos princípios e valores da constituição, não sendo permitida sua alteração.
- c) Segundo precedentes do STF não é permitido controle de constitucionalidade das emendas constitucionais.
- d) O poder constituinte originário tem, teoricamente, a condição de ser ilimitado juridicamente em seus atos, mas pode sofrer limitações oriundos do movimento que o originou.
- e) O quórum para aprovação de emendas constitucionais é de 2/3 dos membros das casas do congresso em dois turnos de sessões conjuntas.

3. Sobre as normas constitucionais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo estão relacionadas a estrutura de definição dos direitos fundamentais, dependendo de edição de legislação regulamentadora ou atos posteriores para ter ampliação de sua eficácia.
- b) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio programático estão relacionadas aos direitos sociais e necessitam de edição de emendas constitucionais posteriores que venham a ampliar sua eficácia para que possam produzir seus efeitos
- c) Uma das características das normas constitucionais é a dimensão política, significando que o texto da constituição possui várias cláusulas gerais, que indicam qual o sentido correto da norma constitucional para cada caso concreto de sua aplicação.
- d) As normas constitucionais de eficácia plena são aquelas que nascem com aplicabilidade imediata, mas podem ter sua eficácia diminuída por legislação posterior.
- e) As normas constitucionais de eficácia contida são normas que nascem com eficácia plena e permitem que uma legislação infraconstitucional posterior venha restringir sua eficácia, dentro dos parâmetros constitucionais fixados.

4. Em relação as ações afirmativas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As ações afirmativas significam uma preponderância da igualdade formal sobre a igualdade material, objetivando evitar quebra da igualdade.
- b) As ações afirmativas são políticas que visam promover a igualdade substancial, por meio da discriminação positiva de grupos escolhidos pelo legislador, tendo prazo 05 anos como o máximo de sua vigência.
- c) As políticas de ação afirmativa podem ser realizadas tanto pelo poder público como pela iniciativa privada.
- d) As políticas de ação afirmativa devem ter mecanismos de controle externo para que sejam avaliados seus resultados e no caso de criação de nova política de ação afirmativa não é possível que seja submetida a controle judicial em razão do precedente da ADPF 186.
- e) As políticas de ações afirmativas só podem ser adotadas pela União, não sendo possível sua criação pelos Estados e pelos municípios.

5. Sobre o sistema constitucional das crises é CORRETO afirmar:

- a) O Presidente da República poderá decretar Estado de Defesa e Estado de Sítio sem autorização do Congresso nacional.
- b) O decreto que instituir o Estado de Defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem.
- c) No Estado de Defesa os pareceres do Conselho de Defesa Nacional e do Conselho da República são vinculantes para que o Presidente da República possa decidir pela decretação ou não da medida.
- d) O Congresso Nacional apreciará o decreto de Estado de Defesa dentro de quinze dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.
- e) O prazo máximo de duração do Estado de Defesa e do Estado de Sítio é de 30 dias, prorrogáveis por igual período no máximo três vezes consecutivas.

6. Sobre os efeitos de decisão em Ação Declaratória de Constitucionalidade é CORRETO afirmar:

- a) A decisão em ação declaratória tem efeitos inter partes e vinculante para os órgãos da Administração Pública.
- b) As decisões proferidas em Ação Declaratória de Constitucionalidade não podem ser objeto de modulação de efeitos
- c) As decisões proferidas em Ação Declaratória de constitucionalidade precisam de quórum de 2/3 dos membros do STF.
- d) As decisões proferidas em Ação Declaratória de Constitucionalidade possuem efeitos erga omnes e vinculante.
- e) As decisões proferidas em Ação Declaratória de constitucionalidade tem somente aplicação do efeito Ex nunc.

7. Em relação ao Poder Executivo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Conforme o texto da Constituição Federal não existe a possibilidade do Presidente da República editar Decretos Autônomos.
- b) O STF fixou entendimento que o julgamento dos crimes de responsabilidade do Presidente da República é competência do Senado Federal, cabendo intervenção judicial quando houver excesso na aplicação da pena ou incerteza sobre a existência ou não do crime.
- c) Conforme o disposto no texto constitucional cabe ao Presidente da República sancionar os projetos de lei, de emenda constitucional e de decretos legislativos.
- d) No processo de impeachment o Presidente da República será afastado de suas funções quando do recebimento da denúncia pela Câmara dos Deputados.
- e) A eleição para o cargo de Presidente da República se dá pelo sistema majoritário, sendo que a regra é a eleição em um turno (só havendo segundo turno se nenhum candidato alcançar a maioria absoluta dos votos válidos).

8. Sobre o sistema eleitoral brasileiro, assinale a opção CORRETA:

- a) Os deputados federais e senadores não podem ser reeleitos.
- b) Os deputados federais e senadores são eleitos pelo sistema majoritário.
- c) Os deputados federais e senadores são eleitos pelo sistema proporcional.
- d) Os deputados federais são eleitos pelo sistema majoritário e os senadores pelo sistema proporcional.
- e) Os deputados federais são eleitos pelo sistema proporcional e os senadores pelo sistema majoritário.

9. Insatisfeito com a arrecadação local, o Estado de Santa Catarina determina que o Município de Joaçaba aumente a alíquota do IPTU cobrado dos joaçabenses. Tal determinação é:

- a) Inconstitucional, por violação ao federalismo.
- b) Inconstitucional, por violação ao sistema de governo.
- c) Constitucional, pois há interesse público no aumento da arrecadação tributária.
- d) Constitucional, pois autorizado pelo federalismo cooperativo.
- e) Constitucional, pois expressamente autorizado pela Constituição Federal de 1988.

10. Diante de uma situação de relevância e urgência, qual é a espécie normativa mais adequada para a regulamentação do tema pelo Presidente da República?

- a) Lei delegada.
- b) Lei ordinária.

- c) Lei complementar.
- d) Medida provisória.
- e) Emenda constitucional.

DIREITO CIVIL

11. Com relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é CORRETO afirmar:

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país três meses depois de oficialmente publicada.
- b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- c) A lei revogada nunca se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- d) A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, ainda que lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.
- e) Chama-se ato jurídico perfeito a decisão judicial de que já não caiba recurso.

12. Acerca dos direitos da personalidade, segundo o Código Civil, é CORRETO afirmar que:

- a) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer qualquer limitação voluntária.
- b) Ainda que seja por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- c) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, o sobrenome e o pseudônimo.
- d) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
- e) É inválida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

13. Em relação aos defeitos do negócio jurídico, assinale a assertiva INCORRETA:

- a) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- b) No apreciar a coação, ter-se-ão em conta o sexo, a idade, a condição, a saúde, o temperamento do paciente e todas as demais circunstâncias que possam influir na gravidade dela.
- c) Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- d) Na lesão, não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.
- e) O dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante convencional, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.

14. Quanto ao Direito das Obrigações e sua teoria geral, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Direito Civil pátrio adotou, quanto ao Direito das Obrigações, a teoria dualista, pela qual é possível haver a responsabilização civil mesmo sem débito, mas não débito sem responsabilidade civil. Caracterizada a violação de dever contratual, incumbe sempre ao credor o ônus de demonstrar que o fato causador do dano não lhe pode ser imputado. Não cabe a multa moratória se não há fato imputável ao devedor.
- b) Com o advento do Código Civil de 2002, percebeu-se distanciamento principiológico com o Código de Defesa do Consumidor no que respeita à regulação contratual, já que ambos possuem gêneses totalmente díspares, conforme atesta a melhor doutrina civilista. A teoria do mínimo existencial permite o alcance de todos os bens do devedor, incluindo os alienáveis, os penhoráveis e os comunicáveis, que mantém a sobrevivência do obrigado.
- c) Há mora quando ainda pode ser cumprida a obrigação, não adimplida por violação de tempo, lugar e/ou forma, pelo devedor ou pelo credor, mas apenas nas obrigações positivas, de dar e fazer, e não nas negativas, que admitem apenas o inadimplemento absoluto, gerador de perdas e danos. A inutilidade da prestação que autoriza a sua recusa

por parte do credor deve ser aferida objetivamente, consoante o princípio da boa-fé e a manutenção do sinalagma, e não de acordo com o mero interesse subjetivo do credor.

d) A interpelação extrajudicial de que trata o parágrafo único do art. 397 do Código Civil admite meios eletrônicos como e-mail ou aplicativos de conversa on-line, desde que demonstrada a ciência inequívoca do interpelado, mesmo com disposição contrário no contrato. Os juros de mora, nas obrigações delituais, fluem a partir do advento do termo da prestação, incidindo o disposto no art. 405 do CC às obrigações com liquidez.

e) O CC/02, artigo 412, limita o valor da cláusula penal ao da obrigação principal, igualmente ao CC de 1916 e de outras leis esparsas, mesmo nas hipóteses de função social da cláusula penal, do artigo 413 do CC, que também se aplica nas arras confirmatórias ou penitenciais.

15. Sobre a Responsabilidade Civil, assinale a alternativa CORRETA:

a) São inalienáveis os órgãos do corpo humano, mas bens *in commercium* os direitos da personalidade. São conceitos intrinsecamente vinculados e imprescindíveis para a configuração da responsabilidade extracontratual o fato gerador, o dano e o nexo; porém, há discussão sobre a possibilidade de responsabilidade civil sem ilícito ou sem dano. O cirurgião plástico estético e o centro hospitalar, de caráter público ou privado, no qual atua, respondem subjetivamente por erro, seja no diagnóstico, seja no tratamento, senão pelos danos patrimoniais, morais e estéticos, mas ao menos pela perda de uma chance de cura, conforme as regras do CC e da Lei nº 8.078/90.

b) No caso de ato ilícito que gere morte da mulher, chefe de família, aos familiares dependentes será devido, pelo causador, ressarcimento por danos extrapatrimoniais e materiais, entre os quais incluem-se o luto da família e alimentos indenizatórios, neste caso limitados à expectativa de vida da de cujus e que permitem, em caso de mora/inadimplemento pelo lesante, a prisão civil, conforme a exceção prevista na CF/88, que atende ao Pacto de San Jose da Costa Rica. A responsabilidade civil do Estado, por ato culposo praticado por agente público, em serviço, é subjetiva, diversamente do ato doloso, no qual é prevista a objetiva, face a adoção da teoria do risco administrativo pela CF/88.

c) A indenização pela perda de uma chance, instituto trazido do Direito Francês, impõe a comprovação da ocorrência do dano final, com a prova da certeza da chance perdida, que é, em última análise, o objeto da reparação. As omissões do Estado na prática de serviços públicos essenciais geram, como exceção à regra geral do artigo 37, §6º, da CF/88, responsabilidade civil do Estado subjetiva, devendo para tanto ser provado o *non facere* público. A obrigação de reparação do dano causado pelo então de cujus ao lesado é personalíssima, não se transmitindo com a herança.

d) Havendo concorrência de agentes na causação de resultado, o prejuízo poderá ser reparado à vítima, integralmente, mesmo pelo que obrou com menor grau de culpa, pois, em regra, há solidariedade passiva entre os autores e co-autores do dano. Uma vez inviável a reparação mediante a prestação *in natura*, incidirá o princípio do *restitutio in integrum*, com temperamentos, entre eles a culpa concorrente da vítima. A evolução histórica levou ao abandono da obrigação civil corpórea, alcançando-se a responsabilização patrimonial. Podem ser fontes de obrigações e, portanto, de responsabilidade civil, o ato lícito e o abuso de direito, entre outras.

e) A evolução do estudo da responsabilidade civil ensejou a discussão de novas hipóteses de danos indenizáveis, entre elas os decorrentes da violação do direito ao esquecimento, direito reconhecido em 2021 pelo STF, de violações no ambiente da internet - *stalking*, *bullying*,..., e o *punitive damage*. Como exceções à isenção de responsabilidade civil, nos casos de fortuito e força maior, citam-se a cláusula de assunção de responsabilidade, o devedor em mora, no caso de impossibilidade da prestação durante o período de atraso, salvo se provar isenção de culpa ou que o dano ocorreria mesmo com a obrigação cumprida, e o fortuito externo, aquele inerente à atividade.

16. Antônio comprou uma casa de praia e nunca utilizou a mesma, a qual é mantida por ele fechada desde que recebeu as chaves do vendedor. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Antônio não mantém a posse, já que esta pressupõe uso ou gozo da coisa.

b) Antônio adquiriu posse, em razão da tradição ficta.

c) Antônio adquiriu posse, ante a tradição simbólica, e a mantém, por ter a coisa à disposição.

d) Antônio não adquiriu a posse.

e) Antônio não adquiriu posse e nem a mantém.

17. Bernardes abandonou um terreno seu, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, localizado no bairro Paraíso, em Jaguaruna/SC. Dias depois, Armando se assenhoreou (apropriou) do referido bem, inclusive edificando uma residência para moradia. Neste caso, pode-se afirmar que:

- a) Bernardes não é mais proprietário do aludido bem e, por seu turno, Armando adquiriu a propriedade sobre o mesmo, respectivamente.
- b) Bernardes não é mais proprietário do aludido bem e, por seu turno, Armando não adquiriu a propriedade, obtendo apenas posse sobre o mesmo.
- c) Bernardes ainda é proprietário do aludido bem e, por sua vez, Armando não adquiriu a propriedade sobre o mesmo, nem a posse.
- d) Bernardes ainda é proprietário do aludido bem e, por sua vez, Armando não adquiriu a propriedade, obtendo apenas posse sobre o mesmo.
- e) O imóvel, sendo urbano, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se achar nas respectivas circunscrições; ou, estando situado na zona rural, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade da União, onde quer que ele se localize.

18. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça:

- a) É válida a cláusula de renúncia aos alimentos constante de pacto antenupcial.
- b) O prazo para o filho intentar reparação civil por “abandono afetivo” é de 10 anos a contar da maioridade.
- c) Não é possível intentar ação de reparação civil em face dos pais.
- d) É válida a cláusula de retroatividade do regime de bens em contrato de união estável.
- e) É possível a aplicação das regras gerais de responsabilidade civil no âmbito do Direito de Família.

19. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O cônjuge que renunciou aos alimentos por ocasião do divórcio, sobrevivendo modificação em sua situação econômica, deles passando a necessitar, poderá pleitear de seu ex-cônjuge os alimentos necessários, fundamentando o seu pedido na irrenunciabilidade aos alimentos.
- b) Os impedimentos matrimoniais são causa de anulação do casamento.
- c) Considere-se que uma ação de investigação de paternidade tenha sido julgada improcedente por não ter o autor se desincumbido do ônus da prova; a sentença foi confirmada em recurso de apelação e transitou em julgado. Nessa situação, poderá o autor propor nova ação investigatória, sob a alegação de que o direito à filiação é indisponível e imprescritível.
- d) De acordo com o STJ, a separação de fato ainda que devidamente comprovada não cria, por si, incomunicabilidade de bens ou patrimônio.
- e) Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos pais.

20. Sobre o instituto da União Estável, é CORRETO afirmar:

- a) A Lei 9.278/96 estipulava que, após seis meses de união, o companheiro, no caso de dissolução da união estável, teria direito a alimentos, se dele necessitasse.
- b) O contrato de convivência, quando desejado pelos companheiros, deverá ser realizado por escritura pública e devidamente registrado.
- c) O Código Civil de 2002 consagrou o sistema de cláusulas abertas e conceitos jurídicos indeterminados, sendo o caso, por exemplo, do conceito de união estável.
- d) É possível que os conviventes realizem pacto de convivência, desde que este seja realizado no início da união.
- e) Reconhece-se união estável somente após dois anos de convivência.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Sobre a competência interna e externa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil. A ação proposta perante tribunal estrangeiro, contudo, pode gerar coisa julgada no Brasil, após ser homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

- b) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.
- c) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil, e também de alimentos, quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil.
- d) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer de ações decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil.
- e) Compete tanto à autoridade judiciária brasileira quanto à autoridade judiciária estrangeira processar e julgar as ações de divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

22. Sobre os meios de prova do processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A parte interessada na oitiva de testemunhas deverá juntar o respectivo rol no prazo máximo de até 10 dias antes da audiência de instrução e julgamento, sob pena de indeferimento.
- b) Na prova pericial, incumbe ao juiz indeferir os quesitos impertinentes e formular os quesitos que entender necessários ao esclarecimento da causa.
- c) É admitido ao juiz realizar a acareação entre as partes na audiência de instrução e julgamento.
- d) No incidente de arguição de falsidade documental, o ônus da prova será sempre de quem alega a falsidade.
- e) Admite-se, no processo civil, a confissão provocada e realizada por procurador com poderes especiais.

23. Fulano é réu em um processo cível. Citado, não apresentou contestação. O magistrado, ao analisar a petição inicial, percebeu que o autor formulou o seguinte pedido: “protesta pela produção de todos os meios de prova em direito admitidas, em especial o depoimento pessoal do réu, sob pena de confissão”. Considerando este enunciado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O magistrado deverá julgar antecipadamente o mérito da demanda.
- b) O magistrado não poderá julgar antecipadamente o mérito da demanda.
- c) Como há pedido de produção de prova formulado pelo autor, não incidirão os efeitos da revelia.
- d) Se o magistrado verificar que o depoimento pessoal do réu é imprescindível, em razão da não verossimilhança das alegações do autor, deverá sanear o processo e ordenar a abertura da fase instrutória.
- e) A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor na inicial é jure et de jure, ou seja, não admite prova em contrário.

24. Sobre Provas no Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São princípios que regem a Prova no Processo Civil brasileiro, entre outros, o da comunhão da prova, o da apreciação em convencimento motivados e o da atipicidade dos meios probatórios.
- b) O exame de fatos por inferências, indícios, máximas de experiências e presunções é permitido ao juiz na construção da decisão e apreciação probatória, desde que tomadas as garantias constitucionais e legais.
- c) O depoimento pessoal pode ser requerido como prova em benefício próprio no Processo Civil e é sempre cabível, podendo o advogado pleitear o depoimento de seu cliente e dirigir perguntas a ele, como garantia da mais ampla defesa de seus interesses.
- d) A prova documental, em regra, é produzida com a inicial ou com a contestação. Contudo, poderá ser produzida em outros momentos processuais, caso se tratem de documentos novos ou se relacionada a fatos ocorridos depois dos articulados, ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos.
- e) A prova pericial consiste, em regra, em exames, vistorias ou avaliações; admite-se, em situações de menor complexidade, a substituição da perícia por produção de prova técnica simplificada.

25. Sobre o cumprimento da sentença, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quando se tratar de obrigação de entrega de imóvel, a existência de benfeitorias deve ser alegada na fase de conhecimento, em contestação, de forma discriminada e com atribuição, sempre que possível e justificadamente, do respectivo valor.
- b) A propositura da execução das astreintes deve aguardar o trânsito em julgado da decisão que as fixar.
- c) Se a sentença condenar o réu ao cumprimento de obrigação de fazer ilíquida, a liquidação se dará nos mesmos autos do cumprimento da sentença, incidental e previamente.
- d) Se a obrigação for de natureza alimentar, o cumprimento da sentença poderá tramitar pelo rito da prisão, mesmo que não haja pedido expresso do exequente, neste sentido.

e) O juízo competente para o cumprimento da sentença deverá ser sempre aquele proferiu a sentença em primeiro grau de jurisdição.

26. No que diz respeito ao título executivo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Havendo título executivo extrajudicial, não cabe a parte optar pelo ajuizamento de processo de conhecimento, dada a ausência de interesse de agir.
- b) A existência de título executivo extrajudicial não obsta o ajuizamento de processo de conhecimento como forma de obtenção de título executivo judicial.
- c) A decisão interlocutória em nenhuma hipótese constitui título executivo judicial, sendo necessária, para a instauração da fase de cumprimento, a prolação da sentença.
- d) A autocomposição extrajudicial é considerada título executivo extrajudicial, mesmo quando homologada judicialmente.
- e) O documento particular assinado pelo devedor é considerado título executivo extrajudicial, sendo dispensada a assinatura de testemunhas.

27. Quanto aos procedimentos de Jurisdição Voluntária, é CORRETO afirmar:

- a) Exigem obediência estrita ao princípio das Formas dos Atos Processuais, sob pena de nulidade absoluta.
- b) Deve sempre haver a participação do Ministério Público enquanto Fiscal da Ordem Jurídica.
- c) O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita nos seus pronunciamentos, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.
- d) Considerando não haver Lide, mas, segundo parte da doutrina, apenas administração pública de interesses privados, das sentenças proferidas não cabe recurso.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

28. Em relação à demanda de procedimento especial de consignação em pagamento, é CORRETO afirmar:

- a) Em ação consignatória, a insuficiência do depósito realizado pelo devedor conduz ao julgamento de improcedência parcial do pedido, na medida da quitação, pois o pagamento parcial da dívida não extingue totalmente o vínculo obrigacional.
- b) Em ação consignatória, a insuficiência do depósito realizado pelo devedor conduz ao julgamento de procedência parcial do pedido, na medida da quitação, pois o pagamento parcial da dívida não extingue totalmente o vínculo obrigacional.
- c) Em ação consignatória, a insuficiência do depósito realizado pelo devedor conduz ao julgamento de procedência do pedido, pois o pagamento parcial da dívida está amparado pela Teoria do Adimplemento Substancial.
- d) Em ação consignatória, a insuficiência do depósito realizado pelo devedor conduz ao julgamento de improcedência do pedido, pois o pagamento parcial da dívida não extingue o vínculo obrigacional.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

29. Das indagações abaixo, assinale a INCORRETA:

- a) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para a interpor os recursos e para responder-lhe é de 15 (quinze) dias.
- b) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
- c) O recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato da interposição do recurso.
- d) É dispensado o recolhimento do porte e remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.
- e) Havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor aproveitará aos outros mesmo que as defesas opostas ao credor, não lhes forem comuns.

30. Sobre os Recursos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Recursos de fundamentação livre são os que não se limitam uma forma específica de vício ou defeito na decisão. Exemplo é o recurso de apelação.
- b) Os recursos subordinados se caracterizam pela dependência da interposição de recurso da outra parte, de modo que sua apreciação fica subordinada ao conhecimento do recurso do outro litigante. É a exceção no sistema recursal brasileiro.

c) Entre os requisitos para admissibilidade dos recursos estão os intrínsecos, relacionados ao direito de recorrer – como a legitimação e o interesse – e os extrínsecos – relativos às formalidades para o exercício do direito de recorrer, como a tempestividade e a existência de preparo quando necessário.

d) Os Embargos de Declaração são recurso de fundamentação vinculada, seu prazo de interposição é de 05 (cinco) dias úteis, e sua interposição suspende o prazo para demais recursos.

e) O recurso de Apelação não tem juízo de admissibilidade feito na origem e tem como regra o efeito suspensivo.

DIREITO PENAL

31. Sobre os movimentos penais é INCORRETO afirmar:

a) O abolicionismo penal prega a superação da abordagem punitiva, por meio da descriminalização e despenalização de condutas.

b) O movimento lei e ordem atua com tolerância zero contra o agente criminoso, justificando inclusive a adoção de penas desproporcionais e supressão de garantias processuais do cidadão.

c) Para o garantismo penal, até mesmo para se formular a acusação, é necessário um contexto probatório mínimo.

d) O garantismo penal não prega a necessidade de absolvição, mas estabelece garantias que devem ser respeitadas pelos agentes do Estado em favor do cidadão.

e) No abolicionismo penal a sociedade deve se engajar no tratamento das questões criminais.

32. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Os crimes omissivos próprios demandam a constatação do resultado.

b) O dever moral pode ser utilizado como causa a atrair o dever de evitar o resultado e, assim, imputar ao agente a prática de um crime omissivo impróprio.

c) Para a imputação de crime omissivo impróprio, na modalidade de dever do garantidor, é dispensável a existência de contrato com a vítima ou o exercício de profissão que demande perícia, bastando que o agente se coloque em posição de evitar o resultado.

d) O garantidor deve evitar o resultado mesmo que o titular do bem jurídico decida se autolesionar.

e) Nos crimes omissivos impróprios, a imposição legal de evitar a conduta pode ser posterior aos fatos tidos por criminosos.

33. Sobre o *iter criminis*, é CORRETO afirmar:

a) Os atos preparatórios, mesmo quando não configuram crimes autônomos, representam início da execução, a atrair a incidência da figura tentada do tipo.

b) Nos crimes de mera conduta é imprescindível a análise do *iter criminis*, já que o resultado material é indispensável para a consumação.

c) O exaurimento do crime é necessário para a consumação.

d) Na tentativa perfeita o agente não percorre todo o *iter criminis*.

e) Tanto a desistência voluntária quanto o arrependimento eficaz demandam a voluntariedade do agente.

34. Acerca da dosimetria da pena, assinale a alternativa CORRETA segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

a) Nem na primeira e nem na segunda fase, a pena pode ficar abaixo do mínimo legal. Já na terceira fase, isso é possível.

b) A prática de atos infracionais não configura reincidência, mas pode ser considerada na primeira fase da dosimetria da pena.

c) O fato de a vítima não ter contribuído para a realização do delito pode contribuir para aumentar a pena-base.

d) A reincidência não pode ser aplicada aos crimes culposos.

e) Se a confissão for qualificada ou parcial, a pena não poderá ser diminuída.

35. A respeito dos crimes contra a dignidade sexual, é CORRETO afirmar que:

ESMESC

I – A contemplação lasciva não configura ato libidinoso constitutivo dos tipos previstos nos arts. 213 e 217-A do Código Penal, uma vez que a consumação dos referidos delitos exige o contato físico entre ofensor e vítima.

II – O delito de assédio sexual pode ser reconhecido na relação entre professor e aluno.

III – O estado de sono, que diminua a capacidade da vítima de oferecer resistência, caracteriza a vulnerabilidade prevista no art. 217-A, §1º, do Código Penal.

IV – Atualmente, os crimes contra a liberdade sexual se processam mediante ação penal pública condicionada à representação.

a) Somente o item I está correto.

b) Os itens I e II estão corretos.

c) Somente os itens II e III estão corretos.

d) Os itens III e IV estão corretos.

e) Somente o item III está correto.

36. Assinale a alternativa INCORRETA sobre o crime de perseguição:

a) Crime habitual.

b) A ação penal é pública condicionada à representação.

c) As penas são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

d) O sujeito passivo é apenas mulher nas situações de violência doméstica.

e) O crime pode ser cometido por qualquer meio, inclusive pela internet.

37. Caio, sobrinho de Fabrício, juntou-se com João para furtarem a residência de Fabrício. Caio disse para João que seria um trabalho fácil, visto que, como morava com Fabrício, sabia da rotina do local. Assim, no dia 10/5, Caio e João foram ao local, que estava sem ninguém, e conseguiram furtar a televisão da sala. Todavia, quando colocavam o bem no carro, foram presos pela Polícia, após vizinhos terem chamado os agentes. Nessa situação, a ação penal será:

a) Pública Incondicionada para Caio e João.

b) Pública Condicionada à representação para Caio e João.

c) Pública Condicionada à representação para Caio e Pública Incondicionada para João.

d) Pública Incondicionada para Caio e Pública Condicionada à representação para João.

e) Privada para Caio e Pública Incondicionada para João.

38. Assinale a alternativa CORRETA:

a) O exame de corpo de delito é indispensável para o reconhecimento do crime de estupro.

b) O estupro não é considerado crime hediondo.

c) A lesão corporal leve, no âmbito da violência doméstica contra a mulher, exige representação da ofendida.

d) Nos crimes contra a liberdade sexual a ação penal é pública incondicionada.

e) Aumenta-se a pena da metade se, nos crimes contra a liberdade sexual, o crime for cometido por mais de duas pessoas.

39. Assinale a alternativa CORRETA:

a) O princípio da insignificância é aplicável aos crimes contra a administração pública.

b) Para a configuração do crime de advocacia administrativa (art. 321 do CP), necessário que o interesse patrocinado seja ilícito.

c) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade do crime de desacato (art. 331 do CP), não estando tal tipo penal mais em vigor.

d) Nos crimes de trânsito, a penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois meses a cinco anos.

e) Não é considerada agravante, nos crimes de trânsito, a prática da infração sobre faixa de trânsito temporária ou permanentemente destinada a pedestres.

40. Acerca da Lei Maria da Penha e sua aplicação jurisprudencial, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Para a configuração da violência doméstica e familiar prevista no art. 5º da Lei n. 11.340/2006, não se exige a coabitação entre autor e vítima.

- b) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- c) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.
- d) O descumprimento de medida protetiva de urgência configura o delito de desobediência, disposto no art. 330 do Código Penal.
- e) Os institutos despenalizadores previstos na Lei n. 9.099/1995 são inaplicáveis aos crimes e contravenções penais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Assinale a resposta CORRETA:

- a) O Código de Processo Penal Brasileiro foi inspirado no Código de Processo Penal Francês.
- b) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo ao inquérito policial para o exercício do direito de defesa do seu cliente.
- c) O juiz das garantias é um instituto próprio do sistema processual inquisitorial.
- d) Funcionários consulares possuem imunidade plena, ou seja, estão imunes em qualquer ato realizado.
- e) As normas relativas à execução penal são consideradas de natureza material, sendo portanto de aplicação retroativa se for para beneficiar o réu.

42. Assinale a resposta CORRETA:

- a) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial não é típica, sendo resultante do direito à autodefesa.
- b) Somente o juiz tem acesso à qualificação da testemunha protegida ou anônima.
- c) Testemunha inócua é testemunha do "ouvir dizer" ou *hearsay testimony*.
- d) A teoria da perda de uma chance, do direito francês, foi recepcionada pelo Superior Tribunal de Justiça, ao reconhecer que uma investigação policial falha extirpou a chance da produção de provas fundamentais para a elucidação da controvérsia.
- e) Testemunha própria é aquela que não presta compromisso legal.

43. Assinale a resposta CORRETA:

- a) Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.
- b) *Fishing expedition*, ou pescaria probatória, é a procura especulativa, no ambiente físico ou digital, sem "causa provável", alvo definido, finalidade tangível ou para além dos limites autorizados (desvio de finalidade), de elementos capazes de atribuir responsabilidade penal a alguém.
- c) Compete à justiça federal processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.
- d) A quebra da cadeia de custódia implica na ilicitude da prova, conforme previsão legal.
- e) O réu, no interrogatório, não tem o direito de responder apenas perguntas do seu defensor, porque o interrogatório é considerado um ato indivisível.

44. Sobre a fase de diligências prevista no artigo 402 do Código de Processo Penal, é CORRETO afirmar:

- a) As diligências podem ser requeridas mesmo após o oferecimento de alegações finais.
- b) Produzidas as provas durante a fase judicial instrutória, têm direito as partes à realização de diligências, apenas, cuja necessidade tenha nascido durante a instrução processual, incidindo a preclusão temporal para requerimento daquelas de necessidade detectável desde a fase de inquérito.
- c) A necessidade da realização de diligências não se submete ao juízo de discricionariedade do juiz.
- d) Prevê o Código de Processo Penal a realização dessa fase no tanto no procedimento comum sumário quanto no procedimento comum ordinário.
- e) Há previsão expressa da fase de diligências no procedimento especial estabelecido pela lei de tóxicos.

45. Sobre a intimação do acusado da sentença, nos moldes do artigo 392 do Código de Processo Penal, é CORRETO afirmar:

- a) O acusado preso será sempre pessoalmente intimado da sentença condenatória, seja assistido pela Defensoria Pública ou defensor dativo, seja contando com defensor constituído.
- b) O acusado solto será sempre pessoalmente intimado da sentença condenatória, seja assistido pela Defensoria Pública ou defensor dativo, seja contando com defensor constituído.
- c) O acusado solto será sempre pessoalmente intimado da sentença absolutória, seja assistido pela Defensoria Pública ou defensor dativo, seja contando com defensor constituído.
- d) É dispensada a intimação da sentença condenatória, pessoal ou editalícia, do acusado solto assistido pela Defensoria Pública se teve decretada a revelia no curso da ação penal por não ser mais localizado nos endereços disponíveis.
- e) O acusado preso será pessoalmente intimado da sentença condenatória apenas se assistido pela Defensoria Pública ou defensor dativo.

46. No tocante aos efeitos da sentença penal, em especial no que toca à responsabilidade civil eventualmente decorrente (ação civil *ex delicto*), indique entre as assertivas seguintes aquela que não apresenta qualquer errônia:

- a) Havendo pedido e tendo sido oportunizado o contraditório e a ampla defesa a respeito, o magistrado pode, na sentença penal condenatória, fixar valor mínimo de reparação de danos em favor da vítima.
- b) Uma vez absolvido o acusado, seja qual for a fundamentação, a ação de reparação de danos não poderá mais ser proposta em face da influência da coisa julgada criminal na esfera civil.
- c) A decisão que determina o arquivamento de inquérito ou julga extinta a punibilidade do acusado impede a propositura da ação civil *ex delicto*.
- d) A responsabilidade civil é dependente da criminal, não se podendo questionar mais sobre o fato e suas circunstâncias quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- e) Eventual resultado obtido em revisão criminal, ação autônoma de impugnação, não poderá influenciar na ação cível de reparação de danos, posto que houve o trânsito em julgado anterior da sentença penal condenatória.

47. Sobre os Procedimentos no Processo Penal, tem-se que existem inúmeras divisões com relação aos ritos, eis que cada um carrega consigo algumas particularidades, que devem ser observadas pelas partes e pelo Juízo.

Acerca do Rito Comum e Rito Especial, analise as proposições abaixo.

I. O interrogatório é primeiro ato da audiência de instrução e julgamento no Rito Especial da “Lei de Drogas” (Lei n. 11.343/06), conforme artigo 57 da citada lei. Entretanto, os Tribunais Superiores já decidiram que o interrogatório é o último ato da audiência de instrução e julgamento e, tal decisão, outros ritos, inclusive o rito previsto na Lei n. 11.343/06.

II. O procedimento (Rito) será comum ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

III. O procedimento (Rito) será comum sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

IV. O procedimento (Rito) será comum sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

Após detida análise das proposições acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a I e III estão incorretas.
- d) Todas estão corretas.
- e) Todas estão incorretas.

48. Sobre o tema “Nulidades no Processo Penal”, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A nulidade absoluta é vício que atinge normas de ordem pública, como tais consideradas aquelas que tutelam garantias ou matérias tratadas direta ou indiretamente pela Constituição Federal.

- b) No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu, nos exatos termos do que dispõe a Súmula do STF (Enunciado n. 523).
- c) São nulidades relativas aquelas que atingem normas que não tutelam o interesse público, e sim o interesse privado da parte.
- d) Não podendo ser decretada de ofício pelo juiz, a nulidade relativa exige arguição pelo interessado, o que deve ser feito em momento processual oportuno. Por conseguinte, as nulidades relativas não estão sujeitas a preclusão.
- e) O princípio do prejuízo possui correspondência no Código de Processo Penal (art. 563), indicando que “Nenhum ato processual será declarado nulo, se da nulidade não tiver resultado prejuízo para a acusação ou para a defesa.”

49. Sobre a ordem sequencial de realização de atos processuais no rito sumaríssimo do processo penal, a que alude a Lei n. 9099/95, é CORRETO afirmar:

- a) Oferecimento de denúncia - recebimento de denúncia – citação do acusado – oferecimento de resposta à acusação – realização de audiência de instrução e julgamento.
- b) Oferecimento de denúncia – notificação do acusado - oferecimento de defesa preliminar - recebimento de denúncia – citação do acusado - realização de audiência de instrução e julgamento.
- c) Oferecimento de denúncia – citação do acusado - recebimento de denúncia – oferecimento de resposta à acusação – realização de audiência de instrução e julgamento.
- d) Oferecimento de denúncia – citação do acusado - realização de audiência de instrução e julgamento, com oferecimento de resposta à acusação e recebimento de denúncia como atos iniciais da solenidade.
- e) Oferecimento de denúncia na própria audiência de instrução e julgamento, com oferta de resposta à acusação e citação no mesmo ato.

50. Tema indispensável ao estudo no processo penal, as prisões cautelares possuem nítidos contornos e preceitos que devem ser observados com extrema cautela devido à sua natureza extrema. Tendo em conta as disposições da lei processual a respeito, aponte dentre as assertivas seguintes a que apresenta EQUÍVOCO:

- a) A prisão preventiva, em qualquer de suas modalidades, é cabível apenas nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos, ou se for o agente reincidente ou se o delito envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- b) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, sendo algumas das hipóteses de cabimento quando o agente estiver extremamente debilitado por motivo de doença grave, for gestante ou maior de 80 (oitenta) anos de idade.
- c) A prisão temporária, cabível somente na fase investigativa, só é permitida quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos crimes expressamente previstos na Lei n. 7.960/89.
- d) A prisão preventiva poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares alternativas à prisão anteriormente impostas.
- e) O juiz poderá, de ofício, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51. A investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, é:

- a) a reversão.
- b) a readaptação.
- c) a reintegração.
- d) a recondução.
- e) a transferência.

ANULADA

52. Assinale a alternativa CORRETA quanto a nova lei de licitações (Lei nº 13.133/21).

- a) O princípio da vinculação ao edital obrigada somente a Administração, que deve ficar adstrita às regras previamente definidas no edital de licitação.
- b) A definição da modalidade licitatória deverá observar, necessariamente, o valor estimado da contratação, além da natureza do objeto a ser licitado.
- c) A Lei nº 14.133/21 estabelece normas gerais de licitação e contratos para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e abrange os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, no desempenho de função administrativa.
- d) A contratação de profissionais do setor artístico consagrados pela crítica é feita por inexigibilidade de licitação, diretamente com o artista ou através de empresário, desde que detenha a exclusividade de sua representação, necessariamente em todo país. A contratação de profissionais do setor artístico consagrados pela crítica é feita por inexigibilidade de licitação, diretamente com o artista ou através de empresário, desde que detenha a exclusividade de sua representação, necessariamente em todo país.
- e) As licitações realizadas nas modalidades leilão e concorrência são compatíveis com os critérios de julgamento e menor preço e maior desconto.

53. A entidade da administração pública indireta criada por meio de lei para o desempenho de atividades específicas, com personalidade jurídica pública e capacidade de autoadministração é a:

- a) empresa subsidiária.
- b) autarquia.
- c) fundação privada.
- d) sociedade de economia mista.
- e) empresa privada.

54. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Considera-se anulado o ato administrativo extinto em decorrência de controle de mérito, segundo critério discricionário, que avalia oportunidade e conveniência.
- b) A exoneração dos ocupantes de cargo em comissão deve ser motivada, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa
- c) Pedro Luis, servidor público federal, verificou, no ambiente de trabalho, ilegalidade de ato administrativo e decidiu revogá-lo para não prejudicar administrados que sofreriam efeitos danosos em consequência da aplicação desse ato. Nessa situação, a conduta de Pedro Luis está de acordo com o previsto na Lei nº 9.784/99.
- d) A responsabilidade civil do Estado incide apenas se os danos causados forem de caráter patrimonial.
- e) O fato de um detento morrer em estabelecimento prisional devido a negligência de agentes penitenciários configurará hipótese de responsabilização objetiva do Estado.

55. Considerando a matéria ato administrativo, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) São elementos do ato administrativo: sujeito, finalidade, forma, motivo e eficácia. Houve progresso na definição dos limites do ato administrativo, antes identificado com o direito privado.
- b) É preciso motivar todos os atos, inclusive os discricionários, estes ainda com maior razão (o móvel do agente nos atos inteiramente vinculados não tem importância).
- c) A forma é o revestimento externo que toma o ato administrativo. Pode ser escrita, mas em regra é verbal ou gestual (guarda de trânsito).
- d) São atributos do ato administrativo a autoexecutoriedade, a imperatividade e a finalidade.
- e) A teoria dos motivos determinantes se aplica ao elemento objeto do ato administrativo.

56. A respeito da nova lei de licitações e contratos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos, submetem-se à Lei n. 14.133/21
- b) São critérios de desempate entre duas ou mais propostas, nessa ordem: disputa final; avaliação de desempenho contratual prévio dos licitantes; desenvolvimento de programa de integridade; desenvolvimento de ações de equidade.

- c) São modalidades de licitação a concorrência; a tomada de preços; o concurso; o leilão; o pregão; e o diálogo competitivo.
- d) É hipótese de dispensa de licitação a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- e) É inexigível a licitação para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

ANULADA

57. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito do regime jurídico administrativo:

- a) A vedação da nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola, dentre outros, o princípio da impessoalidade.
- b) Lei municipal versando subsídio vitalício considerado o exercício de mandatos de vereador e a consequente pensão em caso de morte é incompatível com a Constituição Federal.
- c) O conteúdo jurídico do princípio da moralidade administrativa pode ser conceituado como aquele que vincula a administração pública a um comportamento ético, conforme discurso da modernidade, com dimensão autônoma em relação ao princípio da legalidade.
- d) O princípio da indisponibilidade do interesse público sobre o privado concede prerrogativas para a Administração Pública para, nos termos da lei e visando ao interesse público, constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais, bem como revogar seus próprios atos inconvenientes ou inoportunos ou, ainda, anular os ilegais.
- e) É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.

58. A prestação da atividade administrativa pode se dar de forma centralizada ou descentralizada. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- b) Desconcentração traduz a repartição de atribuições entre órgãos públicos pertencentes a uma mesma pessoa jurídica, mediante vinculação hierárquica e subordinação.
- c) Agência executivas consistem em autarquias em regime especial com alto grau de especialização técnica, com a função de regular um setor da atividade econômica ou determinado serviço público, autorizadas a celebrar termo de ajustamento de conduta, com força de título executivo.
- d) Empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica não precisam licitar para a contratação de bens e serviços relacionados diretamente com suas atividades-fim, sob pena de inviabilizar a competição com as empresas privadas do mesmo setor.
- e) As sociedades de economia mista só têm foro na Justiça Federal, quando a União intervém como assistente ou oponente.

59. De acordo com o atual entendimento jurisprudencial, assinale a alternativa INCORRETA sobre a responsabilidade civil do Estado:

- a) Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte do detento.
- b) Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.
- c) Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

d) É subjetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.

e) A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

60. Tendo em vista o atual regramento acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

b) Os agentes políticos, com exceção do presidente da República, encontram-se sujeitos a um duplo regime sancionatório, e se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.

c) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por um rol exemplificativo de condutas apresentado pela Lei.

d) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

e) A medida cautelar de indisponibilidade de bens apenas será deferida mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

61. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores pretéritos e aos presentes.

b) A lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito quando lhe comine penalidade mais severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

c) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa.

d) A lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, inclusive quando tenha sido fraudulento e tenha implicado em falta de pagamento de tributo.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

ANULADA

62. O Estado de Santa Catarina editou a Lei n. 7.777/2021, em 10/12/2019, com a intenção de majorar a alíquota do Imposto sobre Veículos Automotores para 4% em 2022. A mesma Lei previu dispositivo que revogou o desconto de 20% que os contribuintes tinham caso pagassem em parcela única e antes do vencimento o imposto.

Com base na situação hipotética narrada, assinale a alternativa CORRETA:

a) A Lei Estadual n. 7.777/2021 é integralmente inaplicável em 2022 por violação aos princípios da anterioridade geral e nonagesimal.

b) A Lei Estadual n. 7.777/2021 é integralmente inaplicável em 2022 por violação unicamente do princípio da anterioridade nonagesimal.

c) A Lei Estadual n. 7.777/2021 é integralmente aplicável em 2022.

d) A Lei Estadual n. 7.777/2021 é inaplicável em 2022 quanto ao aumento de alíquota, mas aplicável quanto à revogação do desconto.

e) A Lei Estadual n. 7.777/2021 é aplicável em 2022 quanto ao aumento de alíquota, mas inaplicável quanto à revogação do desconto.

63. Assinale a alternativa CORRETA. O direito de lançar tributo sujeito a lançamento por homologação, cujo fato gerador ocorreu em 31/05/2020, com vencimento em 20/06/2020, em que houve pagamento considerado insuficiente pela Fazenda, e não foi identificada nenhuma situação de dolo, fraude ou simulação, decairá após:

- a) 20/06/2025.
- b) 01/01/2021.
- c) 31/05/2025.
- d) 31/12/2026.
- e) 01/01/2026.

64. Acerca do regramento da legislação tributária previsto pelo Código Tributário Nacional:

- a) Somente a lei pode estabelecer a redução de tributos.
- b) Tratados e convenções internacionais são normas complementares das leis.
- c) O emprego de equidade pode resultar dispensa de pagamento de tributo devido.
- d) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando for expressamente interpretativa, ainda que haja aplicação de penalidade por infração dos dispositivos interpretados.
- e) A definição dos efeitos tributários está vinculada aos princípios gerais de direito privado.

65. Assinale a alternativa CORRETA. Caracteriza-se como obrigação tributária principal:

- a) Emitir nota fiscal.
- b) Enviar declaração de imposto de renda.
- c) Escriturar livros fiscais.
- d) Não inserir informações falsas em documentos fiscais.
- e) Pagar os tributos em dia.

66. Em relação à espécie tributária “taxa”:

- a) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- b) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa de incêndio pode ser prevista apenas pelos estados, não pelos municípios.
- d) A taxa de licença de estabelecimento pode ter como parâmetro o número de empregados.
- e) O serviço público judiciário é específico e divisível e pode ser hipótese de incidência de taxa.

67. Assinale a alternativa CORRETA. Suspende a exigibilidade do crédito tributário:

- a) O ajuizamento de ação anulatória, independentemente de decisão judicial ou depósito.
- b) A apresentação de garantia ao crédito tributário.
- c) O parcelamento do crédito tributário, enquanto as parcelas estiverem em dia.
- d) A apresentação de embargos a execução, independentemente do efeito sob os quais sejam recebidos.
- e) A interposição de cautelar fiscal.

68. Sobre os entendimentos sumulados em Direito Tributário:

- a) O pedido de parcelamento fiscal, ainda que indeferido, interrompe o prazo prescricional.
- b) Incide ICMS sobre o serviço de transporte interestadual de mercadorias destinadas ao exterior.
- c) A imunidade tributária cultural de livros aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), salvo se possuírem funcionalidades acessórias.
- d) A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da prescrição para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo decadencial.
- e) O locatário possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado e para repetir indébito desses tributos.

69. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada, a equidade, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a analogia.
- b) O emprego da analogia na interpretação e integração tributária poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- c) O emprego da equidade na interpretação e integração tributária poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- d) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

70. O Senado Federal, com o fim de fixar alíquotas mínimas de ICMS nas operações internas, deverá lograr:

- a) Dois terços de seus membros, por meio de iniciativa da maioria absoluta dos senadores.
- b) Dois terços de seus membros, por meio de iniciativa da maioria absoluta dos senadores ou do presidente da República.
- c) Maioria absoluta de seus membros, por meio de iniciativa de um terço dos senadores ou do presidente da República.
- d) Dois terços de seus membros, por meio de iniciativa de um terço dos senadores.
- e) Maioria absoluta de seus membros, por meio de iniciativa de um terço dos senadores.

DIREITO EMPRESARIAL

71. A Lei n.11.101/05, alterada pela Lei n. 14.112/20, prevê a recuperação judicial como a forma de superar a situação da crise econômico-financeira da empresa devedora. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Distribuído o pedido de recuperação judicial, deverá o juiz, nomear profissional de sua confiança, com capacidade técnica e idoneidade para verificação da documentação apresentada com a petição inicial e será devidamente remunerado.
- b) No caso de rejeição do plano de recuperação judicial, o administrador judicial submeterá, no ato, à votação da assembleia-geral de credores a concessão de prazo de 30 (trinta) dias para que seja apresentado plano de recuperação judicial pelos credores.
- c) Durante o procedimento de recuperação judicial, o devedor ou seus administradores serão afastados da condução da atividade empresarial, como forma de fornecer maior licitude ao processo.
- d) Distribuído o pedido de recuperação judicial, o devedor poderá continuar alienando ou onerando seus bens ou direitos de seu ativo não circulante para que possa dar cumprimento às suas obrigações, independentemente de que estejam ou não previamente autorizados no plano de recuperação judicial e autorização do juiz.
- e) Na hipótese de convalidação da recuperação judicial em falência, os atos de administração, endividamento, oneração ou alienação praticados durante a recuperação judicial não serão considerados válidos.

72. A Lei n.6.404/76 e suas alterações disciplina as sociedades por ações (sociedade anônima ou companhia). Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A assembleia geral poderá suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando à suspensão logo que cumprida a obrigação.
- b) Na companhia aberta, o prazo de antecedência da primeira convocação do edital de convocação da assembleia geral será de 21 (vinte e um dias) e o da segunda convocação será de 8 (oito) dias.
- c) O estatuto da companhia pode assegurar a uma ou mais classes de ações preferenciais o direito de eleger, em votação em separado, um ou mais membros dos órgãos da administração.
- d) A companhia ou sociedade anônima terá o capital social dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações, desde que totalmente integralizadas.

e) Os acordos de acionistas, sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, exercício do direito de voto, ou do poder de controle deverão ser observados pela companhia quando arquivados na sua sede.

73. De acordo com a Lei n. 10.406/02 (Código Civil), analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) Acerca do estabelecimento comercial, o seu adquirente é responsável pelos débitos anteriores à transferência mesmo os que não estejam contabilizados.
- b) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações por ela assumidas.
- c) O incapaz é impedido de iniciar atividade empresarial individual, mas poderá, excepcionalmente, ser autorizado a dar continuidade a atividade empresarial por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- d) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real, exceto se for casado pelo regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- e) A sociedade adquire personalidade jurídica com a assinatura, pelos sócios, dos atos constitutivos.

74. A Lei n. 7.357/85, dispõe sobre o cheque. Os cheques pós-datados são amplamente utilizados no comércio para a realização de pagamentos, mormente operações de compra e venda mercantis, sendo popularmente chamados de cheques pré-datados. De acordo com a legislação em vigor, dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA a respeito desse costume:

- a) Durante o prazo de apresentação do cheque, o emitente pode fazer sustar o seu pagamento, manifestando ao sacado (instituição financeira), por escrito, oposição fundada em relevante razão de direito, devendo a instituição julgar como cabível, ou não, a relevância das razões invocadas como motivo da sustação ou oposição.
- b) Prescrito o cheque, o que ocorre após seis meses da expiração do prazo de apresentação, não cabe mais ação cambial e resta como única alternativa a ação de enriquecimento contra o emitente ou outros obrigados, que se locupletaram injustamente com o não pagamento do cheque.
- c) Apesar de os costumes serem considerados fontes indiretas do direito empresarial, a utilização dos cheques pré-datados não é admitida pelo ordenamento jurídico ou pelos Tribunais brasileiros, uma vez que, segundo a Lei n. 7.357/85, o cheque é considerada uma ordem de pagamento à vista.
- d) É entendimento sumulado do STJ que a apresentação antecipada do cheque pré-datado causa dano moral por quebra do acordo entre partes e ofensa à boa-fé objetiva.
- e) O banco sacado que paga o cheque à ordem é obrigado a verificar a regularidade da série de endossos, bem com a sua regularidade nas autenticidades das assinaturas dos endossantes. Por isso, responde o sacado pelo pagamento do cheque falso, falsificado ou alterado.

75. A Lei n.11.101/05, alterada pela Lei n. 14.112/20, trata da falência da empresa devedora. Dentre as afirmativas abaixo, que tratam sobre o processo falimentar, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A partir da decretação da falência ou do sequestro, o devedor perde a propriedade de seus bens, não podendo deles dispor e nem exercer a fiscalização da administração da falência.
- b) O devedor que se encontra em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial poderá requerê-la ao juízo da falência, justificando as razões do seu pedido.
- c) Depois de homologado o quadro-geral de credores, os credores que não se habilitaram seu crédito perderão a oportunidade de requerer a sua habilitação ou até mesmo a retificação do quadro-geral para a inclusão do respectivo crédito.
- d) Com a decretação da falência, todos os bens, indistintamente, serão arrecadados pelo administrador judicial da massa falida, inclusive os bens absolutamente impenhoráveis.
- e) A falência da sociedade anônima não será decretada após liquidado e partilhado seu ativo e nem do espólio após 1 (um) ano da morte do devedor.

76. A Lei n. 10.406/02 (Código Civil) trata do Direito de Empresa e disciplina o direito societário e prevê, dentre as sociedades, a Sociedade Limitada. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na sociedade limitada é assegurado aos sócios minoritários, que representem mais da metade do capital social, o direito de eleger, separadamente, um dos membros do conselho fiscal e o respectivo suplente.

b) Independentemente de previsão contratual, na sociedade limitada, o sócio não pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio ou a estranhos.

c) Na sociedade limitada o sócio poderá participar e votar a distância em reunião ou em assembleia, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal e a reunião ou a assembleia poderá ser realizada na forma digital, respeitados os direitos legalmente previstos de participação dos sócios e os demais requisitos regulamentares.

d) A sociedade limitada, é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado. A administração atribuída no contrato social a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

e) Na sociedade limitada, o uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores e sócios que tenham os necessários poderes.

77. De acordo com legislação que trata sobre os títulos de crédito, assinale, dentre as afirmativas abaixo, a alternativa CORRETA:

a) A nota promissória que não contenha indicação do lugar onde foi passada considera-se como tendo-o sido no lugar designado ao lado do nome do subscritor e a que não indique a época do pagamento será considerada nula.

b) O portador da letra de câmbio pode exercer os seus direitos de ação contra os endossantes, sacador e outros coobrigados somente no vencimento e se o pagamento ainda não foi efetuado.

c) No cheque, caso ocorram alteração no seu texto, os signatários posteriores à alteração não respondem nos termos do texto alterado, mesma forma como os signatários anteriores.

d) Na letra de câmbio, se o pagamento recai em dia feriado legal este deverá ser realizado antecipadamente.

e) No ato da emissão da fatura dela poderá ser extraída uma duplicata. Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura e o prazo para remessa da duplicata ao devedor será de 30 (trinta) dias, contado da data de sua emissão.

78. A Lei n.11.101/05, alterada pela Lei n. 14.112/20, disciplina a ordem de pagamento aos credores do processo falimentar. Dentre as afirmativas abaixo, assinale alternativa INCORRETA:

a) Os créditos derivados da legislação trabalhista e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho, limitados a 150 salários-mínimos por credor, prevalecem a todos os demais créditos concursais.

b) Os créditos que disponham de privilégio especial ou geral em outras normas integrarão a classe dos créditos quirografários.

c) Os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado e os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento são créditos concursais.

d) As custas judiciais relativas às ações e às execuções em que a massa falida tenha sido vencida e as quantias fornecidas à massa falida pelos credores, são considerados créditos extraconcursais.

e) Os créditos tributários, independentemente da sua natureza e do tempo de constituição, exceto os créditos extraconcursais e as multas tributárias são créditos concursais e serão pagos com precedência aos créditos quirografários e aos créditos subordinados.

79. A Lei n.6.404/76 e suas alterações disciplinam as sociedades por ações, (sociedade anônima ou companhia). Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

a) A ação da sociedade anônima é indivisível em relação à companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos por todos os condôminos na proporção de suas participações.

b) A administração da companhia competirá, conforme dispuser o estatuto, ao Conselho de Administração e à diretoria, ou somente à diretoria. É vedada, nas companhias abertas, a acumulação do cargo de presidente do conselho de administração e do cargo de diretor-presidente ou de principal executivo da companhia.

c) A companhia poderá emitir, independentemente de previsão de limite de capital autorizado em seu estatuto social, títulos negociáveis denominados “bônus de subscrição”.

d) O estatuto social da companhia deve estabelecer que o exercício do cargo de administrador deva ser assegurado, pelo titular ou por terceiro, mediante penhor de ações da companhia ou outra garantia.

e) Independentemente do tipo de sociedade anônima, a realização inicial do capital social, como entrada, para a constituição da companhia, depende do depósito de 10% (dez por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.

ESMESC

80. De acordo com a Lei 10.406/02 (Código Civil) que do direito societário e ressalta os tipos de sociedades simples e empresárias. Dentre as afirmativas abaixo a assinale a alternativa INCORRETA:

a) Na sociedade em comum os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum e todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem.

b) Na sociedade cooperativa, modalidade de sociedade empresária, a responsabilidade dos sócios pode ser limitada e ilimitada.

c) Na sociedade simples, o sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.

d) Na sociedade em comandita simples tomam parte os sócios de duas categorias; os comanditados e os comanditários e pode o sócio comanditário ser constituído procurador da sociedade, para negócio determinado e com poderes especiais.

e) A sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito. Neste tipo societário, obriga-se perante terceiro tão somente o sócio ostensivo.